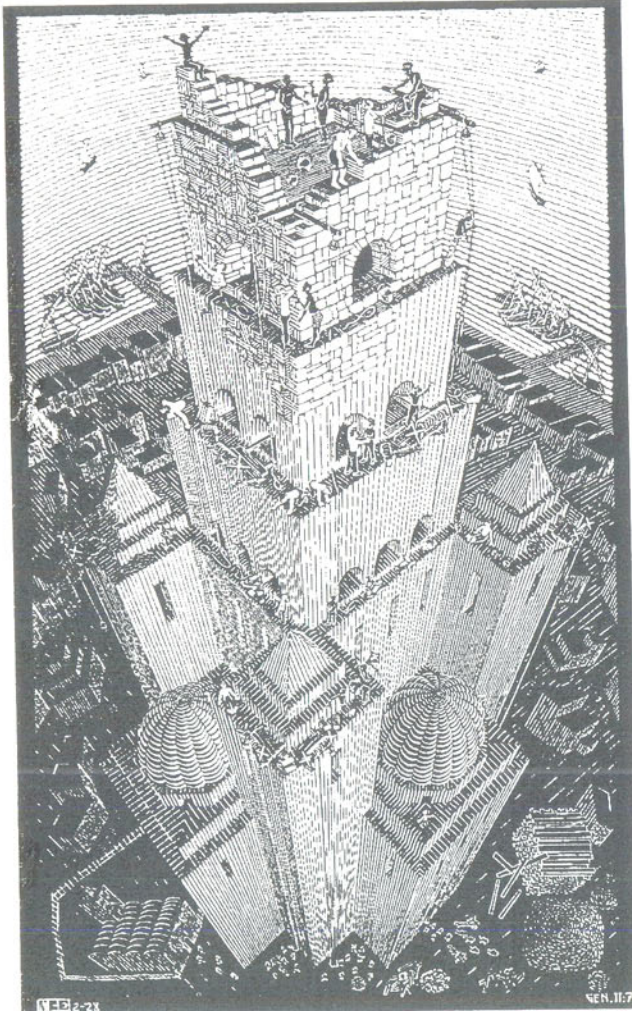


ARQUIPELAGO

A FILOSOFIA NO MUNDO ACTUAL

Actas da III Jornada de Estudos Filosóficos
e testemunhos sobre
a importância da Filosofia no Mundo Actual



Filosofia, n.º5
Revista da Universidade dos Açores
Ponta Delgada • 1996

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO PARA A TOLERÂNCIA

*José Luís Brandão da Luz**

RESUMO

Na filosofia sente-se as vibrações do mundo que nela restabelecem a consistência do seu devir. Os diferentes itinerários que alargam a visão das coisas não seguem a par o percurso que a filosofia faz. O mundo e o homem tornam-se acontecimento pelo enquadramento de coordenadas que os possam reconstruir, mas só se constituem em *acontecimento novo* quando a filosofia os envolve numa visão criativa que os transforma.

Se a filosofia tem partilhado a convicção de que a consciência encerra um modelo de realidade para além das aparências, também tem percebido que a compreensão do mundo se não pode decidir apenas pelo conhecimento das suas condições de verdade. A perspectiva dos que participam na sua interpretação traz consigo a marca do tempo; e é na troca de opiniões que todos reconhecem partilhar uma atmosfera favorável ao exame das suas inquietações.

O mundo da vida encerra os incentivos sempre renovados à discussão e o confronto de opiniões faz descobrir aspectos que revelam novas dimensões da vida. Os impasses e contradições que alimentam o carácter interminável das discussões não valem tanto pela proximidade ou distanciamento de uma verdade supostamente indiscutível, mas pela expressividade que deixam transparecer. Porque no campo da filosofia se cruzam caminhos com diferentes proveniências, nele se acolhem os mais diversos discursos. Sem conceder a nenhum o privilégio de uma expressão definitiva, a filosofia cultiva assim a abertura de espírito que recusa o dogmatismo e propicia a tolerância.

Temos em geral da filosofia uma visão semelhante a um «recenseamento das terras habitáveis, civilizáveis, conhecíveis ou conhecidas», em que se registam as confrontações e se demarcam as áreas férteis das que parecem agrestes.

* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

Gilles Deleuze, que fez esta sugestiva analogia, tipificou vários procedimentos, enraizados no solo de diferentes culturas territoriais. Assim, depois dos Gregos terem fixado o conceito como medida-padrão para definir o campo arável da filosofia, nos tempos modernos, os Franceses fizeram-se donos da terra, pagando com o *cogito* a renda da sua exploração, enquanto que os Alemães, recuando perante a consciência, organizaram a sua reconquista, segundo um plano de reordenamento, firmado em directrizes que joravam de um saber Absoluto. Por seu turno, os Ingleses, que «só crêem no adquirido», recusam trabalhar a terra ondem decidem «armar as suas tendas».

Com esta alegoria, o panorama da filosofia europeia apresenta-se como uma inter-acção de esforços diferenciados em que, a partir do modelo inicialmente delineado, uns se encarregam da construção, outros dos fundamentos e outros ainda, por não se adaptarem ao estilo de vida sedentário, colhem os benefícios que brotam espontaneamente da terra. O significado que parece dominante nesta configuração é o que confere à filosofia o papel insubstituível de instância tutelar da racionalidade. Compete-lhe pacificar os conflitos que a indefinição de fronteiras territoriais muitas vezes suscita entre vizinhos, assinalando as extremas dos respectivos senhorios e indicando o lugar que ocupam na ordem duma cartografia que, de forma clara e definitiva, regula a sua jurisdição.

As áreas do ser, do conhecer, do pensamento e da cultura encontram na filosofia a referência incondicional que assegura um domínio prévio, uma inspiração programática e uma ordenação sistemática do conhecimento da natureza e da acção humana. No entanto, vários autores têm chamado a atenção para o crescente desinteresse da filosofia contemporânea por uma arquitectónica da razão que assegure o exercício dum conhecimento subordinado ao ideal de objectividade. Os sintomas de crise desta perspectiva, talvez se tivessem começado a manifestar com a cisão kantiana que separou o conhecimento da razão teórica, do da razão prática e do da faculdade de julgar. Esta diferenciação assegurou certamente à filosofia o seu domínio supremo, mas fê-lo à custa duma ideia de razão, fraturada nas suas próprias fundações, o que poderá explicar a sua actual sedução pela expressividade da linguagem para fazer emergir novos sentidos da rede de conexões da acção quotidiana.

O homem, isolado do mundo que ele próprio dirige, descobre as virtualidades da cooperação, na relação com os outros. A importância dos consensos, que desvanecem as controvérsias da pluralidade de

vozes, torna duvidoso um pensamento preso a questões de validade e de objectividade indubitável. A função orientadora que a filosofia, até Husserl, procurou assegurar de forma ativa e solitária, no campo da ciência e da cultura, prossegue agora pela articulação de orientações e posições que se confrontam. Embora tardiamente, a ciência moderna está a seguir o rumo que a ciência política já havia tomado, ao tornar-se autónoma da esfera de influência dos padrões de moralidade. Ao colocar como tema central do seu interesse os procedimentos que podem regular a gestão eficaz da cidade, a política tornou-se, desde o início do século XVI, uma arte, que nada tem de comum com a *techne*, que em Platão e Aristóteles é conhecimento (*episteme*) de princípios universais que modelam o perfil do verdadeiro estadista.

A ciência moderna perdeu a sua firmeza metafísica e parece não ter também na experiência nenhuma das razões que justifique os seus enunciados, flutuando em pressupostos meramente convencionais, como a denúncia de Popper pôs a descoberto. Da mesma forma, as éticas parecem prescindir da metafísica para o tratamento crítico das questões da justiça, da obrigação moral, do dever, da responsabilidade, do bem e do fim último do homem e, como escreveu Habermas, tendem a «concentrar-se estritamente em aspectos deontológicos e universalizáveis, de modo que do bem apenas subsiste a justiça».

Por seu turno, a vida quotidiana do cidadão do Estado constitucional rege-se por um quadro normativo que se sustenta pela força da argumentação, suficiente para o fazer aceitar como digno de crédito. As regras do agir não se compreendem como expressão de princípios absolutos e incondicionais, mas a sua fundamentação racional encontra-se na consistência técnica da argumentação e no poder persuasivo que ela pode inspirar para traduzir convicções pessoais em normas duma vontade geral. É na base da argumentação entre diferentes participantes numa discussão que se pode fazer aceitar a validade de um princípio ou de uma norma de acção. O consenso gerado por esta cooperação argumentativa coloca na discussão mesma a base da sua legitimidade. O interesse de cada um ou o desejo de fazer valer o seu ponto de vista particular cedem perante o reconhecimento de um quadro normativo que a cooperação participativa dos intervenientes torna possível.

Desenha-se assim a alternativa duma terceira via entre o formalismo moral dos princípios, que garante a imparcialidade das decisões, à maneira de Kant, e a orientação pragmatista inclinada a valorizar o peso do interesse pessoal nas posições que se tomam, segundo a máxima

«pensa como vives, acabarás por viver como pensas». Porém, o ponto de vista de cada um, ao tornar-se acessível às críticas dos outros interlocutores, poderá moderar a tentação de alguns para impor aos outros os seus interesses pessoais e poderá também incentivar os esforços na procura de um «justo meio» equitativo em que todas as partes envolvidas se revejam. A ponderação dos argumentos cria no espírito um clima de tolerância para valorizar as razões que se confrontam e perceber a sua eventual complementaridade.

A unidade exemplar do universo em que a filosofia habitava parece ter-se fragmentado em domínios de racionalidade que ela porventura não gostaria de ter escolhido. O reconhecimento de novos territórios habitáveis na cartografia das áreas «conhecíveis ou conhecidas» concedeu à ciência, à ética, à política e ainda a outros ramos, como o direito, a estética, etc., um poder de iniciativa para descobrir e explorar por conta própria novos campos cultiváveis.

Esta desintegração da racionalidade em diferentes complexos autónomos trouxe à filosofia o desfazer da ilusão de possuir um acesso privilegiado ao conhecimento, pondo também em causa a sua independência em face das dores e angústias, que dilaceram as sociedades, e dos impasses e hesitações, que tornam difíceis e penosas as decisões. Fixar a reflexão filosófica da complexidade dos problemas da natureza, do homem e da cultura, nas questões de fundamentação última do ser do ente, das condições do conhecimento objectivante e das regras moralizantes duma sociedade tecnocrática é pôr fora de circuito as escoriações que as caminhadas vão provocando naqueles que se vêem obrigados à exploração de terrenos agrestes e acidentados.

As ciências da vida e do homem chamaram a atenção para o carácter processual da dinâmica adaptativa dos seres vivos e para a contextualização histórica na interpretação dos sentidos que o homem imprime na natureza e na sociedade em que se insere. A expressividade que a vida e os novos contextos revelam impõe o distanciamento duma funcionalização de modelos de fundamentação, sob a hegemonia de paradigmas provenientes da física ou da metafísica. Abandonando as pretensões de antecipar o conhecimento das regras absolutas do agir e de rivalizar com a ciência, com base na compreensão das essências e na clarividência dos princípios mais gerais da lei natural, a filosofia defronta-se com novas exigências de fundamentação.

O saber auto-referencial, que apresentava uma compreensão totalizante da natureza e da história, cede gradualmente face à falibilidade

que as ciências empíricas deixam transparecer e ao carácter dialéctico que todo o saber reveste. A filosofia assume também como seu o carácter processual da racionalidade das ciências e parece vacilar na presunção que a fez crer na jurisdição dum domínio particular e num estilo de intuição que lhe daria acesso privilegiado à verdade. Desta forma, a elucidação interpretativa das significações, nos múltiplos vestígios deixados pelo agir humano, e do próprio sentido da existência entrou em rota de colisão com as orientações que a subjectividade transcendental traçava. Foucault advertiu que as instituições sociais se não podem compreender na base de modelos transcendentais, mas que se encontram configuradas, já pré-estruturadas, no solo em que elas mesmas enraizam. Outros filósofos chamaram a atenção para uma subjectividade em termos de projecto existencial, subordinada, por conseguinte, às vicissitudes duma historicidade, no interior do mundo.

A ideia de racionalidade, como elucidação do que há de mais universal no ente ou como poder operativo do sujeito para representar os estados de coisas, desvaneceu-se perante as virtualidades dos jogos da discursividade. A linguagem compreende-se em sentido oposto à função tradicional de designação dos objectos e de exteriorização dos pensamentos, subordinada assim às linhas de força da subjectividade, centro das representações e do fluxo das vivências interiores. O acento tónico é colocado na utilização autónoma da linguagem e na sua capacidade construtiva. As combinações imprevisíveis são criadoras de novos significados, à custa da dissolução do significado literal dos signos utilizados. Da função cognitivista da linguagem, que traduz uma visão logocêntrica do mundo, passa-se para a descoberta duma dimensão da razão, nas intenções que os falantes se esforçam por traduzir.

A articulação do discurso de todos os dias, ao operar no interior da complexidade do mundo da vida, exprime uma razão interior à prática da comunicação. É o próprio processo da comunicação que faz aparecer uma racionalidade com uma pluralidade de dimensões. Desta forma, um enunciado compreende-se no contexto do discurso que o pronuncia e na rede dos argumentos que suporta a sua comunicação. O acordo que a expressão linguística pode suscitar entre os participantes cria uma atmosfera de unidade inter-subjectiva inerente ao próprio meio da linguagem, sem apoio de qualquer orientação exterior. É que as relações inter-subjectivas tornam-se convergentes em virtude do jogo das argumentações que entram em cena. A capacidade de comunicar, de persuadir e de criar consenso assenta na partilha tolerante duma

atmosfera, susceptível de produzir, sem coacção, o acordo entre os falantes.

Segundo esta orientação pragmatista, a validade dum enunciado não se compreende a partir da intencionalidade do falante ou da validade das razões que invoca para suscitar a adesão do interlocutor. Todo o sentido se joga no próprio processo da comunicação, ou seja, no poder de persuadir o outro a aceitar como credíveis as minhas razões. O ponto de vista do locutor só tem sentido enquanto gerador de consensos, ou seja, enquanto tem poder de resolver a seu favor as dissonâncias do debate. Nesta perspectiva, a comunicação representa, não somente a recusa em conceber o discurso a partir duma orientação ego-cêntrica dos fins próprios do falante, mas a aposta nos «critérios públicos de racionalidade» que viabilizam a partilha de convicções e a apreensão compreensiva das razões e das motivações da argumentação.

A prática quotidiana da comunicação intersubjectiva tem, na comunhão de uma matriz cultural de referência, a fonte espontânea de problematização, que só nos é acessível e se perpetua pelo esforço de interpretação, que a cultura empreende para a clarificação de si mesma. É certo que Husserl chamou a atenção para o «mundo da vida» e apontou para a necessidade de o explorar, como forma de reabilitação das ciências, ameaçadas pelo rumo naturalista que tinham tomado. O seu carácter pré-categorial tornava-o familiarmente presente a toda a compreensão do mundo, assegurando de forma oculta um sentido comum e convergente na comunicação dos falantes. Mas, enquanto o procurou clarificar por uma filosofia do sujeito que justificasse a constituição do conhecimento do mundo, Habermas, por exemplo, que também fala da mesma necessidade, compreende esta tarefa no âmbito da actividade comunicacional, autónoma dos pressupostos que possam informar a acção constituinte do sujeito. Nenhuma tradição cultural «se constitui e se mantém sem o esforço hermenêutico das pessoas que se apropriam do saber cultural para o desenvolver (...). Mas é a linguagem que abre aos que falam um horizonte de acções e experiências possíveis, graças ao sucesso da prática que se exerce no interior do mundo e que se tornou possível pelo sistema linguístico».

A tentativa de desconstruir as dependências epistemológicas dum sistema conceptual que espelhasse a natureza de uma forma bem sucedida, segundo as exigências de uma teorização uniforme, atemporal e neutra, levou também Rorty a desviar a atenção para a «maleabilidade do mundo espelhado» e a tomar a linguagem como veículo em que se expressa o espírito humano. A linguagem dá expressão ao

mundo da vida, tornando-o familiar aos falantes. Os esforços de interpretação e de programação do agir operam a sedimentação das componentes em que se estrutura o mundo da vida em modelos culturais de conduta, princípios e normas de agir, estruturas da personalidade, etc., que assim tornam possível a ordem social e a concertação das relações intersubjectivas em sociedade, apesar da diversidade dos seus elementos.

O abandono duma filosofia da consciência, guardiã da racionalidade, acabou por conduzir à recusa de critérios de racionalidade para além daqueles que asseguram a coesão dos contextos culturais particulares e a versatilidade das regras sociais da competição. Desta forma, as normas de racionalidade não se distinguem doutros critérios em uso na nossa cultura e os discursos de legitimação dependem da nossa forma de vida, ou seja, da ressonância que conseguem encontrar entre os que julgam justificadas as nossas concepções.

A par da visão relativista que estas concepções apresentam e da derapagem etnocentrista que elas sugerem, creio que nos abrem para um sentido importante da filosofia, num sistema de educação aberto à criatividade de discursos com novas dimensões de verdade e de bem. Os acontecimentos que propiciam uma visão criativa das coisas e de nós mesmos abrem-nos para um discurso expressivo da sua novidade. Por isso Rorty pôde escrever que, «do ponto de vista educativo, por oposição ao ponto de vista epistemológico ou tecnológico, o modo como as coisas são ditas é mais importante do que a posse de verdades». Mais do que a técnica do que se deve ou do que convém pensar em cada momento, a filosofia apresenta-se assim indissociável dum empenho para «encontrar novas, melhores, mais interessantes e mais fecundas maneiras de falar».

Não quero terminar sem uma chamada de atenção mais clara para os perigos que nos podem esperar quando caminhamos por estes percursos. Apesar de sugestivos, será que a sua fecundidade nos dispensa de ir além desta pluralidade de vozes? Se estas perspectivas nos parecem importantes, pela atitude de tolerância que fazem circular, elas não nos poderão impedir de ver o que esta diversidade de discursos deixa transparecer. Na verdade, se a hoje a filosofia se recusa deixar iludir por uma linguagem que pudesse ser modelada por um sistema de interpretação auto-referente, a tendência para cristalizá-la numa prolixidade discursiva poderá fazer-nos esquecer que a elucidação da natureza, da cultura e da nossa própria existência obedece a um projecto funda-

mental que, apesar de permanecer sempre por realizar, não deixará de constituir o sentido da expressividade de todos os nossos discursos.

PHILOSOPHIE ET ÉDUCATION À LA TOLÉRANCE

RÉSUMÉ

On sent dans la philosophie les vibrations du monde qui rétablissent en elle la consistance de son devenir. Les différents itinéraires qui élargissent la vision des choses ne suivent pas exactement le parcours qui est celui de la philosophie. Le monde et l'homme deviennent événement par l'encadrement de coordonnées qui peuvent les reconstruire, mais ils ne se constituent en *événement nouveau* que lorsque la philosophie les intègre en une vision créative qui les transforme.

Si la philosophie a partagé la conviction que la conscience renferme un modèle de réalité au-delà des apparences, elle a également perçu que la compréhension du monde ne peut pas se décider uniquement par la connaissance de ses conditions de vérité. La perspective de ceux qui participent à son interprétation porte avec elle la marque du temps; et c'est dans l'échange d'opinions, que tous reconnaissent partager une atmosphère favorable à l'examen de leurs inquiétudes.

Le monde de la vie renferme les incitations toujours renouvelées à la discussion et la confrontation d'opinions fait découvrir des aspects qui révèlent de nouvelles dimensions de la vie. Les impasses et les contradictions qui alimentent le caractère interminable des discussions ne valent pas tant par la proximité ou la mise à distance d'une vérité supposée indiscutable, que par l'expressivité qu'elles laissent transparaître. Parce que dans le champ de la philosophie se croisent des chemins d'origines fort différentes, s'y retrouvent aussi les discours les plus divers. Sans concéder à aucun le privilège d'une expression définitive, la philosophie cultive ainsi l'ouverture d'esprit que le dogmatisme récuse, et incline à la tolérance.